



Índice

- 01** Sem provas consistentes, indígenas Kaingang são mantidos como presos políticos no RS
- 02** Juiz da Vara de Execuções de Porto Velho insiste na remoção dos prisioneiros Tenharim para Manaus
- 03** Prefeitura de Jacareacanga manipula para dividir Munduruku, denuncia documento
- 04** A luta pelo direito à Luz Elétrica: violação de direitos sociais em Comunidades Tradicionais de Pescadores Artesanais e Caiçaras de Guaraqueçaba, PR
- 05** MG – Quilombolas de Brejo dos Crioulos se encontram em frente ao TJMG aguardando decisão sobre o pedido de nulidade da ação impetrada contra 9 quilombolas
- 06** Amanhã, dia 11 de junho: Vigília em prol da criação RDS Nascentes Geraizeiras
- 07** Índio do Xingu morre atropelado na BR-163 e carro é depredado por grupo
- 08** Guaranis-Kaingangs: quando ministro da Justiça “negocia” corte de direitos
- 09** Unidades móveis de atendimento à mulher levam ações às comunidades quilombolas
- 10** Território, autodeterminação e agroecologia resumem o desejo dos povos tradicionais do Cerrado



- 11** Pronatec muda a vida de comunidade indígena em Mato Grosso do Sul
- 12** Solução para conflito indígena pode ser apresentada nesta quarta-feira
- 13** Copai ministra palestra sobre direito indígena na rede estadual
- 14** Indígenas se mobilizam pela Educação Escolar Indígena
- 15** Estudo propõe ações de inclusão produtiva para populações quilombolas
- 16** Unidades móveis de atendimento à mulher levam ações às comunidades quilombolas
- 17** Reunião da Fetraf discute demarcações indígenas
- 18** Justiça bloqueia bens de acusados de exploração sexual de crianças e adolescentes indígenas
- 19** Livro de gramática na língua indígena Taurepang é lançado em Roraima
- 20** Justiça prorroga prisão de índios suspeitos de morte de agricultores
- 21** Grupos indígenas pretendem aproveitar a visibilidade que a Copa do Mundo dará ao Brasil para protestar em diferentes pontos do país
- 22** Tour gratuito vai levar turistas a locais culturais em Cuiabá durante a Copa
- 23** Deputados discutem sobre PEC da demarcação de terras indígenas
- 24** Enquanto Blumenau está livre de enchentes, o povo Xokleng Laklãnõ paga o preço e pede socorro
- 25** DPU acompanha Incra em visita a quilombos do Rio de Janeiro
- 26** Presidente do Paraguai assina lei que expropria terra em favor de indígenas



-
- 27** União eleva valor, mas polêmica sobre área indígena pode travar acordo
 - 28** Sebastião nomeia Francisco Pianko, denunciado por abusar sexualmente de crianças indígenas
 - 29** Extensionistas participam de capacitação para atuar com indígenas em Tenente Portela
 - 30** Previdência atende indígenas da etnia Sateré Mawé



Sem provas consistentes, indígenas Kaingang são mantidos como presos políticos no RS

SÍTIO CIMI, 10.06.2014

Por Patrícia Bonilha,
de Brasília

A criminalização dos povos e das lideranças indígenas e, assim, a deslegitimação da luta pelas suas terras tradicionais se radicaliza e inscreve uma nova página na história já bastante violenta do Brasil em relação aos seus habitantes originais. Mesmo sem provas materiais sólidas e indícios relevantes de que tenham cometido o assassinato de dois agricultores, cinco indígenas Kaingang da Aldeia Votouro/Kandóia estão presos desde o último dia 9 de maio no Presídio Estadual de Jacuí (RS). Chama atenção, no entanto, o fato de que, de acordo com os cinco indígenas e os outros membros da comunidade, nenhum deles tenha participado do bloqueio da estrada vicinal, que fica dentro da área reivindicada pelos indígenas, no município de Faxinalzinho, onde o conflito com agricultores ocorreu no dia 28 de abril. Apesar das inúmeras e óbvias falhas no inquérito, os indígenas continuam presos, evidenciando que o que está em jogo, de fato, é a criminalização do direito dos indígenas de lutarem pela terra.

Este caso se insere em um contexto de outros episódios ocorridos nos quatro cantos do país. Por vinte anos, nas décadas de 1990 e de 2000, o povo Xukuru, em Pernambuco, sentiu na pele a dor de ser acusado de vários crimes que não cometeu. Em novembro de 2012, uma catastrófica operação da Polícia Federal, com a desculpa de dizimar o garimpo ilegal na região, resultou na morte de Adenilson Munduruku, além da destruição da aldeia Teles Pires. Os indígenas já tinham se manifestado contrários à construção das hidrelétricas no Rio Tapajós, que inundariam suas aldeias. Outra operação desastrosa da Polícia Federal aconteceu em Sidrolândia, no Mato Grosso do Sul, durante a reintegração de posse da fazenda Buriti, em que o indígena Oziel Terena foi morto. A recente prisão do cacique Babau, realizada em abril deste ano, na véspera de sua viagem a Roma, onde ele iria denunciar ao papa as violações a que seu povo está submetido há décadas foi o último episódio de criminalização vivido pelos Tupinambá, na Bahia. Mesmo sendo um dos primeiros povos a ter contato com os colonizadores, eles vêm há cinco séculos enfrentando as duras consequências de não desistir da luta pela demarcação da sua terra. Todos estes casos têm em comum o fato de que os povos acusados de terem cometido algum crime estavam na luta pela demarcação ou defesa da sua terra tradicional.

Cabe ressaltar aqui que os cinco kaingang presos em Faxinalzinho ocupam posições importantes em suas comunidades. Deoclides de Paula é cacique, Nelson Reco de Oliveira é vice-cacique, Celinho de Oliveira é filho do kujã, líder religioso da comunidade, Daniel Rodrigues Fortes é agente de saúde e Romildo de Paula é uma das lideranças do povo, além de ser primo do cacique. Desse modo, é claro que, ao prender estes indígenas, destrutura-se a organização social da comunidade.

CONT.



O inquérito está repleto de irregularidades e, ao invés de focar em questões básicas, como de quem eram as armas utilizadas e os motivos que levaram ao conflito, parte da premissa inicial de que “os índios se reúnem em bando ou quadrilha para cometer crime” e que formam uma organização criminosa, onde os dissidentes saem das reservas demarcadas para disputarem terras com pequenos agricultores, que seriam usadas para futuros arrendamentos.

Abusos e falta de provas

Sem ter nenhuma prova cabal de que aquelas eram as pessoas que haviam praticado os delitos, já que não há nenhuma testemunha que tenha presenciado as mortes ocorridas, a Polícia Federal invadiu e prendeu os indígenas em uma reunião promovida por integrantes da prefeitura de Faxinalzinho, do governo do Rio Grande do Sul e do governo federal para dialogar sobre os conflitos entre indígenas e agricultores e o processo de demarcação da terra já reconhecida pelo órgão federal como tradicionalmente indígena.

De acordo com o relato feito pelos indígenas aos seus advogados de defesa, as prisões foram realizadas de forma truculenta e irregular, sendo que os mandados de prisão temporária não foram apresentados no ato de detenção de sete indígenas Kaingang, que puderam tomar conhecimento do documento apenas horas mais tarde, em Passo Fundo. Chegou-se ao ponto de dois indígenas terem sido liberados, neste município, em função de absoluta falta de elementos que justificassem suas prisões.

Um dos aspectos que chama bastante atenção é o de que, além dos depoimentos dos próprios indígenas presos, a comunidade de Kandoya, desde a prisão, afirma categoricamente que nenhum dos cinco Kaingang participou do bloqueio da estrada onde os agricultores morreram. Em pronunciamento, eles garantem que o cacique Deoclides estava em sua casa, com a família e outros membros da comunidade. Ele, inclusive, foi quem, informado do clima de tensão na área, chamou a Polícia Militar antes mesmo dos conflitos ocorrerem. Celinho de Oliveira estava com seu pai, mãe e esposa no município de Nonoai, a cerca de 25 km do local onde o conflito ocorreu. Ele dirigiu o veículo utilizado pela família que fez compras em vários estabelecimentos comerciais neste município. Nelson de Oliveira também estava em sua casa, com a família, no momento do conflito. Cumprindo suas obrigações de agente de saúde, Daniel Rodrigues Fortes estava fazendo visita domiciliar na própria comunidade. E, por último, Romildo de Paula não esteve no bloqueio onde ocorreu o conflito.

Talvez a explicação para estas prisões aleatórias esteja na espantosa admissão do próprio delegado da polícia federal, Mário Vieira, feita aos juízes de primeira instância, de que pode haver falhas na representação contra os cinco Kaingang, ao reconhecer que “a identificação de índios é muito difícil”, porque “são parecidos”.

Além de demonstrar desconhecer a organização social indígena, o delegado Vieira tem apresentado uma conduta inadequada e parcial. Ele dificultou o acesso e o acompanhamento dos advogados dos Kaingang ao inquérito policial e a outros procedimentos durante a investigação, como as oitivas dos indígenas realizadas no dia 14 de maio na Superintendência Regional da Polícia Federal do Rio Grande do Sul (SR/DPF/RS). Neste caso, os advogados deveriam ter sido comunicados com antecedência, mas o delegado informou que as oitivas não

CONT.



seriam realizadas no dia proposto. Uma manobra que, se não tivesse sido revertida, poderia resultar em prejuízo para os indígenas detidos. O fato foi denunciado ao delegado da Polícia Federal, Cesar Leandro Hubner, de plantão na SR/DPF/RS, naquele mesmo dia. Além disso, o delegado também se manifestou de forma inapropriada na imprensa, outorgando a si o poder de julgar quando afirmou publicamente, de modo preconceituoso e sem quaisquer evidências sólidas baseadas em uma cuidadosa investigação, a culpa dos Kaingang pela prática de crime hediondo, informando que estes ficarão presos por um período de 30 a 50 anos. Devido a estes fatos, Vieira e membros de sua equipe são objetos de denúncia encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF).

O que é relevante está fora do foco

De acordo com os advogados dos indígenas, não há, de fato, indícios de autoria e materialidade relacionados aos cinco kaingang presos, já que nenhuma das testemunhas, até agora, afirma ter presenciado a morte dos agricultores; alguns depoimentos terem sido feitos por amigos das vítimas e apresentarem contradições evidentes; e os testemunhos dos policiais que, inclusive, apontaram nomes de indígenas que teriam cometido os crimes, serem bastante frágeis, já que eles não estavam no local do conflito no momento, chegando muito tempo depois do ocorrido. Também não há prova de que as armas utilizadas eram dos indígenas. Estes, ao contrário, afirmam categoricamente que não portavam armas de fogo. Fica a questão: como estas armas, de uso restrito, apareceram no conflito?

Cabe observar que inicialmente foi a Polícia Civil que instaurou o inquérito policial para a apuração dos fatos, sendo que a chefia de polícia determinou que a apuração fosse repassada para a Polícia Federal. Ou seja, a investigação foi realizada de forma indireta.

“A partir de tudo o que analisamos deste processo, consideramos que não há motivo para que seja mantida a prisão temporária dos cinco kaingang. Desse modo, será dada entrada em um pedido de habeas corpus para a soltura dos indígenas”, afirma Adelar Cupsinski, assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Terra, a questão de fundo

A espera de 12 anos para obter o reconhecimento final da Terra Indígena Kandóia e o total descaso do governo federal no sentido de finalizar este processo é o pano de fundo do conflito ocorrido em Faxinalzinho. Muito antes deste processo recente, o governo do Rio Grande do Sul havia reconhecido esta terra indígena Kaingang, originalmente comandada pelo cacique Votouro, a leste do Rio Passo Fundo, em 1918, com 31 mil hectares. Deste total, após inúmeras distribuições de terras em projetos de colonização e invasões de fazendeiros, o relatório de identificação e limitação da Terra Indígena Votouro/Kandóia, da Fundação Nacional do Índio (Funai), define que a área é de apenas 5.977 hectares. Destes, 3.100 hectares foram demarcados como Terra Indígena Votouro. Faltando demarcar, portanto, 2.877 hectares da Terra Indígena Kandóia.

Após a publicação no Diário Oficial da União em 7 de dezembro de 2009, o relatório foi encaminhado ao Ministério da Justiça, que tinha um prazo de 30 dias para dar um

CONT.



encaminhamento ao processo. No entanto, ele continua paralisado em alguma gaveta, à espera da assinatura da Portaria Declaratória pelo ministro José Eduardo Cardozo.

Ao invés de cumprir suas obrigações constitucionais e de modo a não frustrar os interesses do agronegócio na região, o governo federal insiste em negociar os direitos indígenas em mesas de diálogo, que não tem amparo no procedimento administrativo da demarcação de terras indígenas.

Promessas e nada mais

Após bastante pressão dos kaingang, e com a promessa de dar prosseguimento à demarcação, foi realizada uma reunião no dia 19 de março no Ministério da Justiça, em Brasília. Neste dia, foi agendada uma reunião para o dia 5 de abril ou 12 de abril. No entanto, o ministro Cardozo não apareceu nem nesta e nem nas outras três reuniões agendadas no mês de abril com o povo kaingang, em uma cruel manifestação de total desrespeito e descompromisso em resolver os problemas latentes.

Em nota pública, divulgada no dia 29 de abril, o Conselho Indigenista Missionário - Regional Sul, o Conselho de Missão entre os Povos Indígenas (Comin) e a Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas/RS afirmam "Responsabilizamos o governo pelas violências em função de sua omissão e negligência, uma vez que as autoridades eram sabedoras da situação de conflito e nada fizeram, a não ser protelar suas decisões".

Para as lideranças indígenas, a verdadeira raiz do conflito que vitimou os dois agricultores é justamente o fato de o ministro estar enrolando o povo e não concluir efetivamente a demarcação, o que causa insegurança e aumento da tensão na região. Segundo Valério de Oliveira, liderança do povo Kaingang da Aldeia Kandóia, "todos os caciques estão preocupados com a situação no Rio Grande do Sul, onde crianças estão sofrendo embaixo das lonas... mas o ministro não tem nem vergonha de não ter demarcado nem um dedo, nem um palmo de terra aqui. Até agora não aconteceu nada...".

Também cabe lembrar que a violência em relação aos conflitos agrários tem sido estimulada por membros do parlamento brasileiro. Em discursos realizados em Vicente Dutra, a apenas 123 km de Faxinalzinho, em dezembro de 2013, os deputados federais Alceu Moreira (PMDB/RS) e Luis Carlos Heinze (PP/RS), durante audiência pública financiada com recursos públicos, incitam os agricultores contra as populações indígenas e quilombolas. O fato ganhou grande repercussão nacional e resultou em queixa crime, por parte de várias organizações da sociedade civil, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF).



Juiz da Vara de Execuções de Porto Velho insiste na remoção dos prisioneiros Tenharim para Manaus

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.06.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Na semana passada comemoramos decisão do Desembargador Valter de Oliveira, deferindo pedido de liminar impetrado pelo Ministério Público Federal e pela Defensoria Pública da União em Rondônia em favor de Simeão, Gilson, Gilvan, Valdinar e Domiceno, os cinco Tenharim do Sul do Amazonas, presos em Porto Velho. No seu Despacho, o Desembargador Relator contrariava decisão do Juiz de Direito da Vara de Execuções e Contravenções Penais da capital de Rondônia, determinando a remoção dos acusados para Manaus.

O motivo do pedido e da decisão era ao mesmo tempo objetivo e humano: a Terra Indígena onde os cinco vivem está a não muitas horas de Porto Velho, o que faz com que possam ser visitados com relativa facilidade por familiares e parentes. Isso não aconteceria, entretanto, caso eles fossem enviados para a capital do Amazonas, extremamente distante e acessível por avião, o que inviabilizaria contatos e determinaria um quase total isolamento para eles. E para os indígenas, criados e culturalmente ligados a vidas num coletivo, isso leva a estado de total desolação, como foi muito bem descrito no laudo antropológico do MPF, mencionado no Relatório do Desembargador.

Há também um outro motivo, não mencionado na solicitação ou na decisão, que diz respeito à própria segurança dos cinco indígenas. A partir do dia 25 de dezembro, quando imóveis, barcos e veículos federais foram queimados em Humaitá, uma verdadeira campanha de ódio se estabeleceu nessa cidade e nas vizinhas Apuí e Manicoré, a ponto de levar o Ministério Público Federal no Amazonas a solicitar à Justiça garantias para todos os povos indígenas da região e sanções contra publicações claramente racistas que estavam veiculadas de diferentes formas.

Nos meses subsequentes poderia parecer a alguns que essa situação havia acalmado, limitando-se a questão a uma batalha jurídica entre a Defensoria Pública da União no Amazonas e instâncias do judiciário, em Manaus e em Brasília, na busca por Habeas Corpus que garantisse tratamento diferenciado aos cinco indígenas, incluindo a manutenção do caso na esfera federal, como deveria ser seu direito. Paralelamente, os prisioneiros eram transferidos da perigosa prisão de Médio Porte de Pandinha (ver considerações a respeito, acatadas no Despacho) para um Centro de Reabilitação que lhes garantiria condições mais dignas. Mas em meados de abril voltariam à primeira, atendendo a decisões de juízes da Vara acima citada e sempre aguardando a remoção para o Amazonas, continuamente lembrada a cada documento enviado.

Em Manaus, a decisão do juiz federal Umberto Paulini, da 2ª Vara Criminal do Amazonas, abrindo mão da competência federal para analisar a denúncia e julgar os indígenas e entregando-os à justiça estadual, foi recebida, no dia 15 de maio, de forma que deixou mais

CONT.



que clara a inconveniência da medida. Paradigmática (e segundo alguns até questionável do ponto de vista legal) foi a reação de um advogado local, em entrevista à agência Amazônia Real. Cito:

“O advogado das famílias dos três homens mortos, Carlos Evaldo Terrinha, disse à agência Amazônia Real que a decisão do juiz Umberto Paulini foi ‘um prêmio na loteria’. ‘Todo o inquérito foi realizado em Humaitá, então o julgamento vai ser lá. Assim as famílias vão pressionar todo o corpo de jurados e o juiz. Quero que realmente seja lá e que os índios peguem cem anos de prisão’, disse Terrinha”.

A decisão (na íntegra, abaixo) do Desembargador Valter de Oliveira foi recebida com satisfação e alívio, no dia 3 de junho. Ela era e é de vários modos positiva, inclusive na forma como reconhece os direitos dos indígenas e os equívocos que em relação a eles vêm sendo cometidos.

Mas na última sexta-feira, dia 6, após a publicação no Diário da Justiça Estadual, o/a responsável pela Vara de Execuções e Contravenções Penais de Porto Velho mostrou que em nada havia ficado sensibilizado com o despacho do Relator. Enviou um Pedido de Reconsideração, deixando claro seu desejo de, contra todos os argumentos jurídicos e científicos (para não mencionar os humanos), ‘despachar’ para o Amazonas Simeão, Gilson, Gilvan, Valdinar e Domiceno Tenharin.

A luta não está encerrada, entretanto.

Leia: Rebeca Campos Ferreira, do MPF RO: Narrativa dos indígenas Tenharim aos parentes, autoridades e sociedade brasileira.

E, abaixo, íntegra do Despacho do Relator, Desembargador Valter de Oliveira:

CONT.



DESPACHO DO RELATOR

Habeas Corpus
Número do Processo : [0005538-85.2014.8.22.0000](#)

Paciente: Simeão Tenharin
Impetrante: Ministério Público Federal()
Paciente: Gilson Tenharin
Impetrante: Ministério Público Federal()
Paciente: Gilvan Tenharin
Impetrante: Ministério Público Federal()
Paciente: Valdinar Tenharin
Impetrante: Ministério Público Federal()
Paciente: Domiceno Tenharin
Impetrante: Ministério Público Federal()
Impetrado: Juízo de Direito da Vara de Execuções e Contravenções Penais da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: Des. Valter de Oliveira

Vistos etc.

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado pelo Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União em Rondônia em favor de **Simeão Tenharin**, **Gilson Tenharin**, **Gilvan Tenharin**, **Valdinar Tenharin** e **Domiceno Tenharin**, indígenas da etnia Tenharin, apontando como coator o Juiz de Direito da Vara de Execuções e Contravenções Penais de Porto Velho.

Aduzem, em síntese, que:

1. os pacientes foram inicialmente custodiados na Penitenciária de Médio Porte Pandinha (Presos Provisórios) e, em razão de acentuado risco às suas integridades físicas, devido às suas origens étnicas, por intercedência da Ouvidoria do Sistema Penitenciário Nacional, foram transferidos para o Centro de Ressocialização Vale do Guaporé, local onde estavam mantidos em cela e ala específicas, a garantir-lhes a necessária segurança;

2. em decisão proferida aos 7/3/2014 o impetrado determinou a remoção dos indígenas para a cidade de Manaus, por entender que o citado

Documento assinado digitalmente em 02/06/2014 16:44:47 conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/06/2001.
Signatário: VALTER DE OLIVEIRA:1010212
Número Verificador: 2000.5538.8520.1482.2000-0317407

Pág. 1 de 4

CONT.



Centro de Ressocialização destina-se a presos condenados, ocasião em que ainda decidiu por suas transferências para a penitenciária onde estavam anteriormente custodiados, isso enquanto aguardam providências de transporte para Manaus;

3. no dia 21/5/2014 a Defensoria Pública da União pediu a reconsideração da decisão, o que foi reforçado pelo Ministério Público Federal com base em laudo antropológico elaborado por analista pericial em antropologia do Ministério Público Federal, pedido este que encontra-se pendente de exame;

4. devido ao costume e cultura própria da população indígena, a custódia na cidade de Porto Velho se justifica por conta do melhor acesso a partir da aldeia, facilitando a assistência familiar do povo indígena aos membros segregados, de sorte a assegurar um mínimo contato e manutenção de seus valores culturais;

5. a se concretizar o recambiamento, a visita pelos familiares tornar-se-á praticamente inexistente, isso considerando a distância da aldeia e a ausência de vias conservadas e trafegáveis a partir da localidade, sem contar a inviabilidade financeira dos envolvidos, incompatível com o elevado custo das passagens aéreas;

6. assim, custodiá-los em Manaus, além de aumentar o sofrimento pessoal de cada um deles, submeteria seus familiares a uma verdadeira *via crucis*, totalmente desnecessária;

7. a Lei de Execuções Penais, pelo artigo 86, § 3º, permite a custódia em Unidade da Federação diversa do Juízo da condenação ou da instrução, de forma que pode o juiz decidir acerca do estabelecimento mais adequado para abrigar presos provisórios ou condenados.

8. a permanência dos pacientes presos em local que possuem raízes [Porto Velho], por conta da facilidade do acesso familiar, atende ao princípio da dignidade da pessoa humana, bem como à igualdade e à segurança, garantidos constitucionalmente;

9. o Centro de Ressocialização Vale do Guaporé é destinado aos presos melhor classificados, assim considerados em razão de fatores

Documento assinado digitalmente em: 02/06/2014 16:44:47 conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/06/2001. Signatário: VALTER DE OLIVEIRA:1010212 Número Verificador: 2000.5538.8520.1482.2000-0317407	Pág. 2 de 4
--	-------------

CONT.



relacionados não apenas à gravidade do crime atual, mas também a eventuais condenações nos últimos 5 anos, tempo da pena, dependência de álcool e drogas, participação em organização criminosa, histórico de fugas, dentre outros, perfil em que estão incluídos os pacientes.

Com os documentos de fls. 17/87 e, reafirmando que a indesejável remoção pode ocorrer a qualquer momento, pleiteia a concessão, em caráter liminar, de ordem de manutenção dos pacientes no Presídio de Médio Porte Pandinha, em Porto Velho, até o julgamento do mérito do *writ*, no qual pretendem o retorno à unidade prisional Centro de Ressocialização do Vale do Guaporé ou, caso não acolhido, sejam mantidos no Presídio de Médio Porte, até eventual soltura.

É o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus* deve ser concedida em casos de manifesta ilegalidade ou abuso de poder.

No caso, embora entendendo que caiba ao juiz da causa decidir sobre a remoção do custodiado para outra Unidade da Federação, pela excepcionalidade do caso, em que se verifica haver decisão, em princípio, ofensiva ao direito de os indígenas permanecerem próximos aos seus familiares, conheço do *writ*.

Até porque, como se vê à fl. 20, já houve determinação de remoção dos pacientes pelo Juízo da Vara de Execuções Penais de Porto Velho, de forma que, em sendo concluído pela existência de coação ilegal, esta é atribuída ao juízo impetrado.

Ademais, é sabido que, de regra, os investigados e/ou réus presos, cautelarmente ou de forma definitiva, pela Justiça Federal são encaminhados ao sistema penitenciário estadual, sob os cuidados do Juízo de Execução Penal, portanto, nada impede que se analise o pedido.

Registre-se, desde logo, que os fundamentos da decisão dizem respeito apenas ao fato de os pacientes encontrarem-se em local destinado a presos condenados, situação esta que já foi superada pela transferência ao presídio provisório.

Documento assinado digitalmente em 02/06/2014 16:44:47 conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/06/2001. Signatário: VALTER DE OLIVEIRA:1010212 Número Verificador: 2000.5538.8520.1482.2000-0317407	Pág. 3 de 4
---	-------------

CONT.



No entanto, verifica-se que nada foi justificado em relação à necessidade da remoção ou ao perfil criminológico dos pacientes, cuja transferência para Manaus certamente impedirá o acesso aos familiares ou outros membros da aldeia, o que colocará em risco a preservação da cultura e dos costumes decorrentes da etnia a que pertencem.

Assim, considerando presentes os requisitos legais, situando *fumus boni iuris* na ausência de motivo concreto para a transferência, e o *periculum in mora* no fato de a transferência estar na iminência de ocorrer, defiro a liminar e determino sejam os pacientes mantidos no Presídio de Médio Porte Pandinha, em Porto Velho, até o julgamento do mérito do *writ*.

Ressalvo que, caso haja determinação de transferência pelo juiz competente para processar a ação, esta liminar perderá sua eficácia.

Com a urgência necessária, comunique-se à autoridade impetrada o teor desta decisão, solicitando as informações necessárias.

Após, colha-se o parecer da Procuradoria Geral de Justiça.

Publique-se.

Porto Velho, 2 de junho de 2014.

Desembargador Valter de Oliveira

Relator

Prefeitura de Jacareacanga manipula para dividir Munduruku, denuncia documento
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.06.2014



Uma carta escrita no final de maio mas divulgada apenas nesta segunda, 9, pelo Movimento Munduruku Ipereng Ayu, aponta uma grande preocupação, por parte da comunidade indígena da região de Jacareacanga, PA, de que a prefeitura do município está tentando interferir na organização dos Munduruku, acirrando conflitos internos e com a população da cidade.

Assinada a punho por lideranças, caciques, estudantes e professores indígenas, a carta denuncia uma reunião, convocada pelo Secretário de Assuntos Indígenas de Jacareacanga, Ivânio Alencar Nogueira, com o apoio da associação indígena Pusuru, que dizia ter como objetivo discutir a "organização social" do povo Munduruku. Ocorrida nos dias 1 e 2 de junho na aldeia Karapanatuba, às margens do Tapajós, segundo texto no blog de Alencar a reunião teria decidido que a Pusuru, associação que tem participado de processos de negociação sobre o complexo hidrelétrico do Tapajós com o governo federal – à revelia de grande parte da população Munduruku, que optou pela resistência contra as usinas- é a única representante do povo Munduruku.

"O Secretário de Assuntos Indígenas está pressionando alguns representantes Munduruku da Associação Pusuru para se posicionarem contra os demais indígenas que não concordam com as posições do governo", denuncia o documento divulgado hoje. A carta também deslegitima a reunião de Karapanatuba, acusando a Prefeitura de Jacareacanga – que está nas mãos do PT e foi acusada de compra de votos de indígenas nas últimas eleições – de tentar desestabilizar a resistência dos Munduruku para implementar as hidrelétricas na região, e não garantir sua

CONT.



principal reivindicação de recontração de 70 professores munduruku, demitidos no final de fevereiro. "Entendemos que a reunião na aldeia Karapanatuba não poderá decidir sobre as atividades que impactem o povo Munduruku, como por exemplo fazer acordos, aprovar projetos ou autorizar coisas sem conversar e consultar com o povo Munduruku".

Secretário é acusado de incitar atos de violência

Segundo lideranças Munduruku, Ivânio Alencar é o principal mentor da manifestação anti-indígena ocorrida em Jacareacanga há menos de um mês, quando comerciantes e garimpeiros locais atacaram com paus e fogos de artifício cerca de 20 indígenas que reivindicavam a recontração dos professores demitidos. "A manifestação do dia 13.05.2014 foi organizada pelo Secretário de Assuntos indígenas, que chamou os comerciantes da cidade para participarem", denunciam.

A Prefeitura de Jacareacanga acusa os Munduruku de colocar fogo em uma casa destinada aos professores durante as manifestações contra a demissão dos docentes indígenas. Os Munduruku alegam que foram membros da Prefeitura que atearam fogo no local para incriminá-los.

Segundo um morador que vive próximo à casa dos professores, nenhum indígena esteve perto do alojamento no dia do incêndio. "Eu apaguei o fogo e não vi nenhum índio passar perto da casa. Não vi nenhum índio colocar fogo em nenhuma casa de professores", afirma o morador que preferiu não se identificar com receio de represália por parte da prefeitura.

[Clique aqui para ler o documento na íntegra](#)



A luta pelo direito à Luz Elétrica: violação de direitos sociais em Comunidades Tradicionais de Pescadores Artesanais e Caíçaras de Guaraqueçaba, PR
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.06.2014

Por MOPEAR

Em que pese o Programa Luz Para Todos ter alcançado milhares de famílias no Paraná, a distribuição de energia elétrica não faz parte da relação de direitos constitucionais de parte das comunidades tradicionais de pescadores artesanais e caíçaras moradoras no continente e nas Ilhas de Guaraqueçaba. O motivo, segundo documento da Copel (Copel Informações, ano. 40, ed. 294. jan/fev 2010 [1]), são as restrições ambientais:

“Inicialmente, a Companhia tinha projetos de atender mais localidades com redes ligadas ao continente, que será subterrânea e subaquática. No entanto, devido a restrições ambientais, principalmente por se tratar de parque nacional de preservação, não foi possível projetar os atendimentos com estas tecnologias. Por isso optou-se por um sistema coletivo por placas solares, exclusivo no Brasil e projetado pelos próprios técnicos da Copel [...]”(Copel Informações, 2010, pág. 10).

“Boa parte das famílias destas 14 comunidades já contam com uma placa fotovoltaica cada, cedida pela Copel entre 1996 e 1997, quando órgãos federais e estaduais proibiram que se levasse energia elétrica a estas localidades porque ainda não havia legislação adequada para regulamentar os parques nacionais” (Copel Informações, 2010, pág. 10).

Nas comunidades tradicionais de Barbados, Canudal, Saco do Morro, Barra do Ararapira, Sebuí, Vila Fátima, Rita e Abacateiro as crianças tem uma dificuldade a mais para estudar. Quando anoitece no inverno, as 18h00, as atividades e tarefas da escola são realizadas a luz de vela ou lampião. Outra situação que preocupa os moradores é a conservação dos alimentos e produtos de pesca. Segundo os pescadores “como não tem luz elétrica que precisamos, muita coisa estraga, desde o leite das crianças, e nossos pescados, perdemos muito do que pescamos”. Por aí, compreende-se como se produz a desigualdade social e econômica entre comunidades tradicionais no Paraná.

“Antes da proibição do Instituto Chico Mendes, o projeto da Copel previa a instalação de cabos em mais quatro comunidades – Barbado, Canudal, Vila Fátima e Ararapira” (Copel Informações, 2010, pág. 12)

Apesar da Copel ter instalado um sistema de painéis com placas solares e baterias desde um projeto piloto, em 2008, e agora com tecnologias mais modernas – em 2012 e 2013 – foram as restrições ambientais impostas por órgãos ambientais federais, que segundo a COPEL não permitiu a instalação de Luz Elétrica Convencional nessas comunidades. As “placas” funcionam poucas horas por dia, ou sequer funciona em algumas comunidades, devido a ausência de sol, sobretudo no inverno.

CONT.



Os moradores relatam que, em algumas comunidades, a energia elétrica convencional está a menos de 300 metros de distância, o que não implicaria em uma grande obra por parte da Copel para contemplá-los, a frustração, no entanto, se dá, pois a diferença em quem recebe ou não a energia depende se determinada comunidade está dentro ou fora dos limites do Parque Nacional.

Essa realidade social injusta é uma das principais pautas de reivindicação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná – MOPEAR. Ao que parece essa situação é sustentada, em parte, pelas políticas ambientais de inspiração preservacionista que de modo paradoxal atingem as comunidades tradicionais que historicamente foram responsáveis pela própria conservação da natureza, hoje protegida pelo Parque Nacional do Superagui e outras Unidades de Conservação da natureza de diferentes categorias, como a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, Estação Ecológica (ESEC) de Guaraqueçaba. Nesses casos a tese dominante é de que a conservação da natureza só é eficaz isolando-a da sociedade, para isso desconsideram a existência de comunidades tradicionais ao sobrepor perímetros de unidades de conservação a essas comunidades provocando restrições de uso e dificultando acesso a instalação de equipamentos de infraestrutura, como no caso da Luz.

Cansados de aguardar uma solução eficaz para o atendimento desse direito fundamental, depois de muitas reuniões com Prefeitura de Guaraqueçaba, Câmara Municipal de Vereadores, Deputados Estaduais e representantes da Copel, as comunidades “contempladas” pelo projeto decidiram, coletivamente, retirar os equipamentos instalados e cautelosamente guardá-los para devolução à Copel. A decisão retrata a indignação acumulada nos últimos 2 anos pelos mais de 300 moradores, não apenas pelo péssimo funcionamento do sistema de painéis – que a manutenção nunca resolveu -, mas devido ao risco à integridade física dos moradores, sobretudo, as crianças, uma vez que as estruturas se deterioraram em um curto espaço de tempo e afetam o cotidiano por estarem localizadas em pontos antes utilizados na frente das residências.

[1] Disponível em http://www.copel.com/ci/antigas/ci_revista294.pdf

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Laura Rougemont.



MG – Quilombolas de Brejo dos Crioulos se encontram em frente ao TJMG aguardando decisão sobre o pedido de nulidade da ação impetrada contra 9 quilombolas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.06.2014

Comissão Pastoral da Terra – MG

Diversas famílias de quilombolas de Brejo dos Crioulos se encontram desde hoje às 6 horas da manhã, pela segunda vez, em frente ao TJMG na Avenida Afonso Pena em Belo Horizonte aguardando a decisão do tribunal sobre o pedido de nulidade da ação impetrada contra 9 quilombolas da Comunidade de Brejo dos Crioulos. Quatro dos nove quilombolas se encontram presos já há quase dois anos, sem julgamento e sem provas.

São pobres e pretos, que por decisões preconceituosas e de uma precisão do poder judiciário no atendimento ao latifúndio, os mantêm presos. São inúmeras as vezes que esses quilombolas solicitaram aos poderes constituído seus direitos. Foram inúmeras as solicitações que essa comunidade requisitou tanto do poder executivo, quanto do legislativo e do judiciário e a elas foram negadas.

Atentados de pistoleiros, formação de milícias armadas, quilombolas feridos, quilombola esfaqueado por jagunço, quilombolas assassinado por jagunços de fazendas e nunca ninguém foi preso. Bastou num conflito agrário um pistoleiro morrer e em 15 dias o Poder Judiciário, numa manobra com a polícia e o Ministério Público, mandou prender, numa eficiência tamanha, esses 4 trabalhadores Pretos e Pobres e numa ação com dizeres e argumentações preconceituosas e já condenatórias os mantêm até hoje presos.

São quatro Pretos Pobres conhecidos de toda a comunidade, com residência fixa e como pessoas de bem. Só o servidor do latifúndio que neste quase dois anos não quer ver.

Acreditamos na Justiça Divina e temos a esperança de que a Justiça terrestre faça justiça. Por isso estamos aguardando essa decisão de hoje no TJMG e com as famílias quilombolas lá nos solidarizamos.

“Nem tudo que é legal é justo”.

Esperançosos.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Amanhã, dia 11 de junho: Vigília em prol da criação RDS Nascentes Geraizeiras
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.06.2014

Amigos e Amigas,

Conforme deliberado durante o VIII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, no dia 11 de junho, em cada um dos municípios, vamos fazer uma vigília com o objetivo de socializar com a sociedade, com as comunidades onde vivemos, a manifestação realizada pelo Movimento Geraizeiro em Brasília, DF.

Nessa manifestação, que contou com a participação de 120 lideranças de comunidades tradicionais do Semiárido Mineiro, além de representantes do Quilombo de Brejo dos Crioulos e do Povo Xakriabá, fizemos uma GREVE DE SEDE E DE FOME em frente ao Palácio do Planalto, entre os dias 04 a 05 de junho. Fomos recebidos pelo Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência e pela Ministra Izabela Teixeira, do Ministério do Meio Ambiente e também pelo Roberto Ricardo Vizentin, Presidente do ICMBio. Queríamos que, no dia Mundial do Meio Ambiente, dia 05 de junho, fosse decretada a criação da RDS.

Tivemos uma primeira vitória pois, não havendo pendências, o Governo firmou o compromisso, mediado pela 6ª Câmara da Procuradoria Federal, de encaminhar até 4ª Feira, dia 11 de junho, o processo de criação da RDS até a Casa Civil. Para, em seguida, ser promulgado pela presidenta Dilma Rousseff.

Por essa razão, decidimos por manter uma comissão em Brasília que está acompanhando diariamente os desdobramentos deste processo. Esta comissão, composta pela liderança geraizeira Lucia Agostinho, além dos colaboradores Igor Chaves, Claudia Luz, Damiana Campos, Patrícia Bustamante, apoiados pelo CONSEA e pela Procuradoria Federal, está percorrendo o MMA, o Congresso Nacional, além de órgãos públicos e entidades do movimento social firmando compromissos com a causa. Lembramos que tivemos um grande apoio de organizações, movimentos sociais, pastorais, professores, pesquisadores, estudantes, técnicos que trabalham nos órgãos públicos, da mídia, de cidadãos e cidadãs que foram até o nosso acampamento levar solidariedade às 16 pessoas que ficaram em Greve de Sede e de Fome por quase 36 horas.

É com o intuito de ampliar esta rede de solidariedade, de dizer aos governos de nossos municípios, do Estado de Minas Gerais e da União que nós dependemos das nossas nascentes para continuar vivendo, que os cerrados sejam preservados com as nossas práticas tradicionais de uso para que nossas águas não acabem, para que possamos continuar protegendo e mantendo o nosso sustento, com a coleta do pequi e de tantos outros frutos do cerrado. A Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes dos Gerais é a nossa reivindicação que expressa a frente de nossa luta.

Vamos todos, no dia 11 de junho, para as praças, para as sedes das prefeituras, para a frente
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 102 / 2014

Brasília, 11 de junho de 2014.

dos órgãos públicos fazer a VIGILIA COBRANDO A IMEDIATA CRIAÇÃO DA RDS NASCENTES GERAIZEIRAS.

Movimento Geraizeiro

Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais

Observatório de Monitoramento da Criação da RDS NASCENTES GERAIZEIRAS



Índio do Xingu morre atropelado na BR-163 e carro é depredado por grupo
SÍTIO 24 HORAS NEWS, 10.06.2014

Motorista disse que fez de tudo para evitar que mais índios fossem atingidos

Um índio morreu atropelado no começo da manhã desta terça-feira, por volta das 5h30, na BR-163, próximo ao antigo posto da Polícia Rodoviária Federal de Sinop, na região do bairro Camping Clube. A Polícia Civil o identificou a vítima como Dare Juruna, 50 anos. Na hora do atropelamento, ele estava acompanhado de um grupo de mais cinco índios que arriscavam atravessar a avenida. Ele foi atingido por um Fiat Strada prata, que seguia para Itaubá.

O Corpo de Bombeiros foi até o local, mas constataram que o índio já estava sem vida. Além dos policiais civis, peritos analisaram a cena do acidente e recolheram o corpo da vítima, que foi encaminhada ao Instituto Médico Legal (IML). Posteriormente, ele será liberado para os procedimentos fúnebres.

O motorista do veículo parou após o acidente. Revoltados, os demais índios atacaram e quebraram o vidro do veículo com pedradas. No entanto, o motorista não ficou ferido. Ele disse que teve que fazer uma grande manobra para não acertar os demais índios que atravessavam a pista. Esta versão será analisada ainda.

De acordo com informações policiais, estes índios são do Xingu e estavam em Sinop para tratamento de saúde.



Guaranis-Kaingangs: quando ministro da Justiça “negocia” corte de direitos
SÍTIO OUTRAS PALAVRAS, 10.06.2014

Em estranha reunião, após prisão de indígenas, José Eduardo Cardozo obtém redução de 85% em território demarcado pela Funai

Por Marcelo Zelic* e Jair Krischke*

As declarações do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo sobre as “negociações”, que realizou recentemente no Rio Grande do Sul com os povos Guaraní e Kaingang, para resolver o conflito de terras que se arrasta há décadas neste estado, acende o sinal vermelho para aqueles que se preocupam com os rumos dos direitos humanos no Brasil.

A solução encontrada é de estarrecer: retirada de direitos para os Guaranis e intimidação do movimento Kaingang com a prisão de suas lideranças.

Segundo o site da Fundação Nacional do Índio, a situação da terra indígena de Mato Preto foi reconhecida como de ocupação tradicional do povo Guaraní no Rio Grande do Sul, sendo portanto constitucionalmente uma terra declarada indígena, aguardando somente os procedimentos finais do executivo para sua demarcação, homologação e a consequente desinversão dos invasores que usurparam os direitos Guaranis a estas terras no passado.

TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE(ha)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Mato Preto	Guaraní	RS	Erechim, Erebangó, Getúlio Vargas	4.230,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada

140530-mato_preto

Expulsos de suas terras na década de 50, as famílias Guaranis vivem acampadas na beira da estrada RS-135 desde setembro de 2003, travando uma dura luta pela sobrevivência, manutenção de sua cultura e demarcação de suas terras, cujo estudo de identificação foi realizado pela antropóloga Flávia de Melo, aprovado pela FUNAI, a quem cabe por direito a realização destes estudos e foi reconhecido através da Portaria nº 2.222 do Ministério da Justiça em 21/09/2012. Tudo realizado como previsto na Constituição do nosso país.

CONT.

Povo Guarani do Mato Preto luta pela reconquista da terra tradicional

A campanha na beira da estrada RS-135 desde 2003, 20 famílias Guarani vivem expostas aos rigores do tempo no Rio Grande do Sul. Precária é a palavra para definir a situação desta comunidade: suas casas, o atendimento à saúde e a educação das crianças. Mesmo assim, persistentes como são, eles seguem lutando pela demarcação de sua terra, em fase de identificação. Segundo a assessoria de imprensa da Fundação Nacional do Índio (Funai), o órgão está debatendo o estado da identificação da terra entregue em julho deste ano.

Em 15 de setembro, a Funai publicou portaria criando um Grupo Técnico que tem o prazo de 45 dias (até 30 de outubro) para apresentar o levantamento fundiário da área. Este levantamento, que identifica ocupantes não índios, o tamanho da área que ocupam e o tipo da propriedade, é uma das informações necessárias para a identificação de uma terra indígena.

Mato Preto (Tekoa'ka'aty) localiza-se no noroeste catarinense, no município de Ge-



En 2002, após muita pressão, a Funai realizou um levantamento prévio sobre Mato Preto e decidiu criar o Grupo Técnico (GT) para identificação e delimitação da terra. A partir disso, os Guarani mobilizaram-se e ocuparam suas terras em setembro de 2003, exigindo providências da Funai. Segundo informações da equipe do Cimi que atua com este povo, o GT só foi criado em abril de 2004 e o relatório com as conclusões foi entregue pela antropóloga Flávia de Melo em outubro de 2005, indicando a identificação de aproximadamente 4000 hectares. No início de 2006, a Funai solicitou complementações ao relatório. O estudo foi devolvido à Funai em julho e agora passa por nova revisão.

Algumas prefeituras da região e federações de agricultores, como a Farul, encabeçam a oposição ao reconhecimento da terra Guarani. Em 2005, criaram a "Comissão para Assentos Indígenas e Quilombolas", com o objetivo de contestar a demarcação da terra Mato Preto, segundo informações da equipe do Cimi na região.

Foto: Jhonny L. Teixeira / Cimi RJ

A beira da estrada, povo precisa enfrentar oposição de prefeituras e agricultores

13 | Outubro - 2006

140530-mato_preto2

Pelo "ajuste de direitos" anunciado em entrevista coletiva sem a presença das lideranças indígenas da região, o Ministério da Justiça, que deveria zelar pelo cumprimento da Constituição e garantir os direitos indígenas, reduz as terras do povo Guarani de Mato Preto em quase 85% de sua área declarada.

Qual o contexto desta "mediação de conflito" realizada pelo Ministro da Justiça?

A "negociação" com os Guaranis deu-se algumas semanas depois de uma controversa operação da Polícia Federal, que prendeu no dia 9 de maio sete lideranças Kaingang, convidadas a negociar com o Estado brasileiro solução para o conflito em suas terras. Saíram presos logo após o início da reunião, sob acusação, sem provas, de que teriam participado do assassinato de dois agricultores gaúchos em conflitos de terra na região, pegando o Governo do Rio Grande Sul, anfitrião da reunião, de surpresa, segundo sua assessoria.

A comunidade Guarani que há mais de 10 anos vive precariamente na beira da estrada, numa correlação de força desigual, sob impacto de forte preconceito, não aguentando mais ameaças verbais e convivendo com constantes tiros para o alto disparados por agricultores, numa ação intimidatória de persuasão pelo medo, acabou por ceder ao Ministro conforme declarou o cacique de Mato Preto, Joel Kuaray ao jornalista Leonencio Nossa: "A gente aceita diminuir nossa terra porque hoje estamos na beira da linha do trem". "A gente tem o sentimento de que as ameaças vão diminuir, porque a redução da terra vai exigir a retirada de um número menor de agricultores da área."

O que acontece a um país quando seu Ministro da Justiça se coloca acima da Constituição e

CONT.



decide “ajustar direitos”? Que instabilidades jurídicas para os direitos dos povos indígenas geram tal ação política do governo federal, promovendo “acordos” de revisão de extensão de áreas declaradas? Não deveria o Estado reafirmar o direito constatado e garantir a sua efetividade, mesmo que emperrada a questão nos tribunais?

Como deve agir a cidadania quando se constata que o “ajuste de direitos” celebrado de forma leonina, fere preceitos legais e beneficia o lado não coberto pela Constituição? É este um exemplo de país que respeita e trabalha para o desenvolvimento dos direitos humanos e o zelo pelas populações originárias? Ou aponta o advento de uma nova era do manda quem pode, obedece quem tem juízo?

Ao se aproveitar da vulnerabilidade física e emocional de uma comunidade, para “celebrar” um acordo, reafirmamos, leonino, lesivo aos direitos constitucionais dos Guaranis, o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo fere ou não fere o Código de Conduta da Alta Administração Federal? Irá o Ministro da Justiça assinar uma portaria de desmarcação de terras indígenas, anulando a portaria nº 2.222, sobre as terras Guaranis de Mato Preto, assinada por ele mesmo em setembro de 2012? É ética tal solução encontrada?

Diminuir 85% das terras dos Guaranis do Rio Grande do Sul, reproduz a prática política de confinamento aplicada a seus parentes no Mato Grosso do Sul nos anos de 1970. O Estado brasileiro em 2014 busca assim a solução do problema? Quanto tempo levará para o crescimento populacional desta comunidade apresentar o quadro desolador e desagregador de confinamento em que vivem os Guaranis-Kaiowá nas reservas a eles impostas durante a ditadura militar? Vale registrar que somente em 2013 73 indígenas se suicidaram no Mato Grosso do Sul. Isto não é um caso de saúde pública gerado pelo confinamento em que vivem? Reconhecer e demarcar os 4.230 hectares da Terra Guarani de Mato Preto não é o bom caminho da justiça social?

Em tempos pré-eleitorais, onde tudo se distorce e é usado por aqueles que almejam o poder, devemos calar frente às violações de direitos humanos cometidas pelo Estado? Em que este silêncio eleitoral beneficiará os direitos dos povos indígenas? Quem perde quando este tipo de discussão fica relegado a segundo plano e se torna objeto de muito patrulhamento ideológico sobre quem as levanta? Se por uma estratégia eleitoral é preciso calar sobre violações de direitos, perde o país.

Frente a tantas violações de direitos humanos contra os povos indígenas brasileiros, apontadas nos estudos da Comissão Nacional da Verdade, não deveria a título de reparação, o Estado brasileiro rever suas práticas e mudar de conduta, demarcando suas terras e cuidando do bem estar destes povos? Repará-los é preciso, fundamentalmente um dever do Estado e de nossa sociedade. Reparar nossos graves erros para com eles é demarcar suas terras e não ajustar seus direitos.

No campo dos direitos humanos é fundamental enquanto nação enfrentarmos estas questões, ainda mais em períodos eleitorais, para evitarmos mais retrocessos como a PEC 215, a portaria 303 da AGU e o desmonte da FUNAI, efetivando o estado democrático de direito em nosso país.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 102 / 2014

Brasília, 11 de junho de 2014.

*Marcelo Zelic: Vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-SP e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Coordenador do Projeto Armazém Memória.

*Jair Krischke: Presidente do Movimento Justiça e Direitos Humanos.
rodapé-posts-margem



Unidades móveis de atendimento à mulher levam ações às comunidades quilombolas
SÍTIO SURGIU, 10.06.2014

Nesta terça, as ações acontecem das 9h às 11h na Comunidade Quilombola Curralinho, e de 14h às 17h, na Comunidade Manoel João

Desta terça-feira, 10, até a quinta-feira, 12, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Defesa Social (SEDS), promoverá o primeiro atendimento das Unidades Móveis do Programa "Mulher, Viver sem Violência", adquiridas pelo Governo Federal, abrangendo orientação jurídica, agrícola e de saúde às mulheres quilombolas de várias comunidades do Estado. A previsão é que esta ação contemple diversos municípios do Tocantins, sobretudo, à população que vive no interior, longe dos centros urbanos e em locais de difícil acesso, visando a ampliação e a interiorização da rede de atendimento à mulher vítima de violência.

Cada ônibus possui, em sua composição básica, duas salas de atendimento, notebooks, roteador e pontos de internet; impressoras multifuncionais (digitalização de documentos e fotocópias), geradores de energia, ar condicionado, projetor externo para telão, toldo, 50 cadeiras, copa e banheiro adaptados para a acessibilidade de pessoas com deficiência, além de utensílios como cafeteira, microondas, entre outros.

Nesta terça, as ações acontecem das 9h às 11h na Comunidade Quilombola Curralinho, e de 14h às 17h, na Comunidade Manoel João. No dia 11, as visitas serão das 9h às 11h na Comunidade Malhadinha. E no dia 12, os serviços serão disponibilizados às mulheres da Comunidade Córrego Fundo, das 9h às 11h.

As ações acontecem em parceria com o Tribunal de Justiça, que possibilitará atendimento jurídico às mulheres quilombolas; com a Secretaria da Agricultura e Pecuária, que levará esclarecimentos sobre o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; e com a Secretaria de Saúde, que levará informações sobre anemia falciforme.

Para a diretora do Departamento de Direitos Humanos da SEDS, Rafaela Lima, o projeto está apenas começando e possibilitará atendimentos específicos, não só às mulheres nas comunidades indígenas e quilombolas, mas em toda a área rural do Tocantins. "Esta é a primeira de muitas ações que pretendemos levar às mulheres em todo o Estado. Escolhemos as comunidades quilombolas para iniciar o projeto e faremos estas primeiras visitas, levando alguns atendimentos básicos e verificando a demanda dessas mulheres, para que possamos voltar, num segundo momento, com outros atendimentos que serão apontados de acordo com a necessidade das comunidades".



Território, autodeterminação e agroecologia resumem o desejo dos povos tradicionais do Cerrado

SÍTIO R7, 09.06.2014

O povos e comunidades tradicionais do Cerrado encerraram neste domingo em Brasília um encontro que desde o dia 5 de junho reuniu cerca de 700 líderes representantes dessas populações. Ao final do evento, eles aprovaram uma pauta curta e incisiva com três pontos básicos: acesso à terra e aos territórios, reconhecimento e valorização dos seus modos de vida, usos e costumes e a opção pela produção agroecológica em suas áreas. A lista é o resultado de intensas discussões e manifestações ocorridas durante o encontro. Especialistas, representantes do governo e do Ministério Público também participaram dos debates.

Ao clamar pelo direito à terra e ao território, os povos do Cerrado querem na prática que o governo garanta legalmente a eles o direito de usar os recursos naturais do bioma. Indígenas e quilombolas já gozam desse reconhecimento e têm parte de seus territórios demarcados. A situação não é a mesma para quebradeiras de coco, geraizeiros, raizeiros, vazanteiros, extrativistas, pescadores artesanais, apanhadoras de flores e agricultores familiares.

Eles sequer estão mapeados pelo governo e essa invisibilidade no radar social fez que o Estado abrisse espaço para o agronegócio, a mineração e a grilagem de terras públicas – historicamente ocupadas pelos tradicionais. Além de entrar para o mapa, esses povos querem a autonomia para definir sua própria cartografia, sendo parte da formulação do mapeamento.

Os povos do Cerrado também decidiram se unir contra as emendas constitucionais, portarias e regulamentações que ameaçam o direito aos territórios (PEC 215; ADIN 3.239-9). São estratégias que vêm de setores produtivos que, encampados pelo Estado, investem contra formas já estabelecidas de reconhecimento oficial de suas terras.

“Ao mesmo tempo, queremos a valorização dos nossos modos de vida, usos, costumes, saberes, que são a nossa característica”, disse a representante da comunidade quilombola de Mumbuca, no Jalapão (TO), que leu a carta com as reivindicações do grupo ao final do evento. Ela citou o exemplo da Convenção 169 da OIT, que trata dos direitos de autodeterminação de povos indígenas e tribais, e o Decreto 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. “Não aceitaremos nenhuma afronta aos nossos direitos”, garantiu.

Produção – Intimamente ligadas à terra e aos recursos naturais, as populações tradicionais do Cerrado também entendem que a agroecologia é o modo de produção agrícola que melhor atende às necessidades de aproveitamento econômico e de conservação do bioma. É uma oposição ao modelo degradador do agronegócio no país. Nas últimas décadas, esse modelo, aliado ao projeto de desenvolvimento que prevalece desde os governos militares já forjou a destruição de cerca de 50% das áreas nativas do Cerrado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 102 / 2014

Brasília, 11 de junho de 2014.

A degradação atinge os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos enclaves no Amapá, Roraima e Amazonas, em que está a paisagem típica do bioma. Neste espaço territorial estão as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica-Tocantins, São Francisco e Prata). Isso representa um elevado potencial aquífero e favorece a biodiversidade, uma das maiores do planeta.



Pronatec muda a vida de comunidade indígena em Mato Grosso do Sul

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 10.06.2014

A chegada do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) na aldeia Imbiriqui, próximo ao município de Aquidauana (MS), transformou a produção de mandioca da região.

O cacique Claudio Lipu, formando do curso de horticultor orgânico, foi o responsável pela mudança. Assim que soube do programa, Lipu solicitou à prefeitura que o curso fosse levado à comunidade indígena.

"Agora a vida está melhorando e nós não vamos mais parar", disse. O cacique é um dos 1,1 mil alunos que receberam nesta segunda-feira (9), em Campo Grande (MS), o diploma do curso técnico voltado ao público do Plano Brasil Sem Miséria.

O curso aumentou a produção e reforçou a organização dos moradores da aldeia. Com o aprendizado da técnica, os moradores, que antes cultivavam para consumo e vendiam o excedente na região, agora se organizam para vender mandioca e farinha em outros municípios.

A continuidade dos estudos foi uma das bandeiras defendidas pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, que esteve na formatura. "Os formandos têm que continuar estudando para poder melhorar ainda mais, devem procurar mais cursos do Pronatec", incentivou.

Números do Pronatec no estado

No Mato Grosso do Sul, a população de baixa renda já efetuou mais de 27 mil matrículas em 148 tipos de cursos. Em Campo Grande, foram mais de 2,9 mil matrículas em 60 cursos – os mais procurados são de auxiliar administrativo, operador de computador, recepcionista, auxiliar de pessoal e confeccionador de lingerie e moda praia.

Um dos formandos em Campo Grande é a dona de casa Maria Isabel Rodrigues da Silva, de 46 anos, que viu no Pronatec Brasil Sem Miséria uma oportunidade de melhorar de vida.

Depois de concluir o curso de conservas e doces, já conseguiu aumentar a renda da família. Vende entre 16 e 20 potes de conservas de berinjela por mês e fatura R\$ 160. "O curso é uma maravilha e a gente tem que praticar, pois não adianta ficar parado. Esse dinheiro tem ajudado muito", contou. Ex-beneficiária do Bolsa Família, ela mora com o marido, o filho e o neto, de 8 anos.

Pronatec Brasil Sem Miséria

CONT.



Criado em 2011, o Pronatec é uma das principais ações de inclusão produtiva do Brasil Sem Miséria. Com foco nas pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente os beneficiários do Programa Bolsa Família, a iniciativa promove o acesso à qualificação profissional gratuita e de qualidade para as pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do governo federal.

O programa derruba o mito de que os beneficiários do Bolsa Família são desestimulados a trabalhar. Em todo o Brasil, são mais de 1,2 milhão de matrículas feitas pelo público do Cadastro Único. Pagos pelo governo federal, os mais de 570 cursos oferecidos são ministrados por estabelecimentos de qualidade reconhecida pelo mercado, como os institutos federais e as instituições do Sistema S (Senai, Senac, Senat e Senar).

Para participar do Pronatec Brasil Sem Miséria, é preciso ter no mínimo 16 anos e estar cadastrado ou em processo de inclusão no Cadastro. As matrículas devem ser feitas nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras).



Solução para conflito indígena pode ser apresentada nesta quarta-feira

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 10.06.2014

Mais uma reunião com objetivo de colocar fim ao impasse envolvendo produtores rurais e indígenas da Terra Buriti, situada em Sidrolândia, distante 71 quilômetros da Capital, será realizada nesta quarta-feira (10) às 15 horas em Brasília. O comunicado da nova mesa de diálogo saiu na última sexta-feira (6), quando chegou ao fim o prazo estipulado pelo Ministério da Justiça para a compra das terras.

O Campo Grande News teve acesso ao comunicado enviado para fazendeiros, advogados, líderes indígenas, Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), Funai (Fundação Nacional do Índio), Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária do MS), deputados estaduais, secretarias e órgãos como o MPF (Ministério Público Federal) e Sejusp (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública).

O texto, elaborado a pedido do assessor do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, afirma que serão apresentadas análises da Funai e também do Incra (Instituto Nacional de Colonização Agrária), contestações dos produtores rurais em relação ao laudo paralelo apresentado pelos fazendeiros que avaliou as terras em R\$ 130 milhões.

Também será apresentado no encontro o termo de acordo judicial que deve ser firmado no TRF (Tribunal Regional Federal).

O advogado Newley Amarilla, representante de Ricardo Bacha, dono da Fazenda Buriti, explica que os detalhes sobre o encontro não foram divulgados e que a expectativa é que algo de concreto seja decidido. "Nós estamos esperando o Ministério, nossa parte já fizemos", diz.

Espera - Continua o impasse sobre o valor a ser pago pelos 15 mil hectares, que serão utilizados para ampliar a reserva indígena de 2 mil para 17 mil hectares.

Na última vinda do assessor do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, a Mato Grosso do Sul em fevereiro deste ano, 6 de junho foi definido como fim do cronograma de ações que pretende efetivar a compra das fazendas, o prazo já tinha sido estendido outras duas vezes. No entanto, meses se passaram e o que há são promessas de novos encontros.



Copai ministra palestra sobre direito indígena na rede estadual

SÍTIO OAB/MS, 10.06.2014

A presidente da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (Copai) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), Samia Roges Jordy Barbieri ministrou palestra na última sexta-feira (6) sobre Direito Indígena na Escola Estadual Henrique Cirilo, em Campo Grande.

De acordo com Sâmia, é fundamental conscientizar as crianças e adolescentes, que precisam valorizar a igualdade de raças, etnias e cultura. "A COPAI participa de ações de conscientização, inserindo os índios neste contexto, que também sofrem com a opressão e discriminação", explica Samia.

As palestras são realizadas por meio do projeto "OAB vai à Escola" e têm como ferramenta a cartilha da COPAI, utilizada no ensino dos princípios do Direito Indígena.



Indígenas se mobilizam pela Educação Escolar Indígena

SÍTIO CEDEFES, 10.06.2014

A Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), concluíram a realização dos seminários regionais 2014 sobre educação escolar indígena no âmbito do Território Etnoeducacional Rio Negro (TEERN). A iniciativa contou com o apoio de parceiros governamentais como o Ministério da Educação e não governamentais como o Instituto Sócio Ambiental.

O Projeto de Seminários de Educação Escolar Indígena como sistema e processo próprio de aprendizagem no âmbito do TEERN, foi iniciado em 2013 objetivando realizar um diagnóstico ampliado sobre a educação escolar indígena do Rio Negro. A iniciativa foi lançada oficialmente, na Casa dos Saberes da Foirn, em São Gabriel da Cachoeira (AM), e encerrou esta semana com desdobramentos para as instituições envolvidas a longo prazo.

Para Domingos Barreto, Coordenador Regional do Rio Negro (CRRN/Funai) o Projeto é resultado de uma reflexão e resposta à demanda do Movimento Indígena, "que vai propiciar reflexão sobre o que já foi feito, para reinventar, desconstruir e fazer avançar (a educação escolar indígena)."

O Projeto envolveu duas etapas, a primeira, organizando seminários nas comunidades, que alcançou regiões do Médio Rio Negro – Itapereira; Baixo Waupés e Tiquié – Taracú ; Médio, Alto Waupés e Papuri – Iauaretê; Táwa - São Gabriel da Cachoeira; Baixo Tiquié – Guadalupe, Igarapé Ira – comunidades Yuhupdeh; Médio Tiquié - Barreira Alta - Comunidades Hupdäh do e Yuhpdeh do Igarapé Castanho; Papuri - Diagnóstico junto às comunidades Hupd'äh Waguiá, Pinu Pinu (São Fernando) ; Igarapé Japu – Santa Cruz do Cabari – Comunidades Hupd'äh; Município de Barcelos ; Rio Unuixi – Diagnóstico junto aos Nadeb.

Mesmo com todo o esforço empreendido, nem todas as etnias do Rio Negro tiveram esse primeiro momento de reflexão, mas estarão representadas no Seminário Regional, como a representação Yanomami, da região do Cauaburis.

A segunda etapa é o próprio Seminário Regional, que está acontecendo, entre os dias 02 a 04 de junho, na sede do município de São Gabriel da Cachoeira/AM.

O Projeto traz uma novidade ao debate, propõe a discussão e a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas indígenas na perspectiva da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto 7.747, de 5 de junho de 2012.

Neste contexto, objetiva também provocar reflexões sobre o que as diversas comunidades entendem por Educação Escolar Indígena e por Educação Indígena e como a escola pode

CONT.



promover o diálogo respeitoso entre as culturas, de forma a reconhecer os diferentes conhecimentos na construção do bem viver das diversas comunidades indígenas em seus territórios.

A superação dos impedimentos para um atendimento efetivo e respeitoso da Educação Escolar Indígena por parte dos órgãos públicos é o que se espera ao final do Seminário Regional, que culminará na realização da reunião da Comissão Gestora do Território Etnoeducacional do Rio Negro, com a participação de representante do MEC, nos dias 5 e 6 de junho.

Com experiências em diversos campos, sobretudo no da educação, o Rio Negro foi uma das regiões que inspirou o governo federal a elaborar e lançar o Território Etnoeducacional, em 2009, pelo Decreto nº 6.861/2009, saindo na frente com a organização do Território Etnoeducacional do Rio Negro. Mas, segundo as lideranças e professores, o TEERN ainda não tem acontecido na prática. "O Território Etnoeducacional do Rio Negro tem ficado apenas no imaginário, sem resultados concretos até agora, por isso devemos nos fortalecer e avançar", disse André Baniwa.

O Projeto está sendo realizado pela FOIRN e Funai - Coordenação Regional do Rio Negro, Coordenação Geral de Promoção da Cidadania, Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados e Coordenação Geral de Promoção dos Direitos Sociais, com a assessoria técnica do Instituto Socioambiental – ISA, e outros parceiros ao longo da realização dos seminários internos, como a CASAI/DSEI-SGC.

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/>



Estudo propõe ações de inclusão produtiva para populações quilombolas
SÍTIO PORTAL DIA DE CAMPO, 10.06.2014

O desenvolvimento, como liberdade, foi analisado em duas comunidades

De olho no crescente desemprego estrutural do modelo hegemônico que a sociedade leva, um estudo foi desenvolvido, na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (USP/ESALQ), a fim de criar programas para a inclusão de pessoas, bem como geração de renda. Para tanto, Andrea Yumi Sugishita Kanikadan, autora do trabalho, propôs analisar duas experiências de ações públicas voltadas ao desenvolvimento local de comunidades quilombolas.

As comunidades estudadas foram o Campinho da Independência, em Paraty (RJ), e Mandira, em Cananeia (SP). No primeiro grupo, foi aplicado um projeto de plantio, coleta e beneficiamento do fruto da palmeira juçara. Já no segundo, a comunidade fez parte de um estudo sobre a restauração da reserva extrativista de ostras comercializadas na região. “As análises envolveram o pensamento do desenvolvimento como liberdade, considerado pelo economista indiano Amartya Sen”, comenta Andrea.

Segundo a pesquisadora, o estudo mostra que o apoio de políticas públicas é fundamental para o desenvolvimento, especialmente quando se considera o envolvimento das pessoas beneficiárias, já que elas podem definir o que querem e, no final do processo, avaliar os resultados. “Mesmo com seus limites, o projeto renova os papéis atribuídos aos agricultores quilombolas, pois os pressupostos fundamentam-se em novas práticas”.

Longo prazo

O trabalho, desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Ecologia Aplicada Interunidades (ESALQ/CENA), consistiu na realização de entrevistas com as populações envolvidas e, também, na observação participante por meio das atividades realizadas ao longo do projeto. “Desde 2011, estive em contato com as comunidades, sendo que a coleta de dados só foi finalizada no primeiro semestre de 2013”, lembra.

Em Mandira, foi criado um plano de manejo que determina regras para a extração das ostras, baseado em estudos sobre sustentabilidade e comercialização, por meio de uma cooperativa. No Campinho da Independência, com a coleta da juçara, foram incorporados princípios de agroecologia. De acordo com Andrea, durante a execução dos programas, foi possível identificar impactos socioculturais, econômicos e ambientais das comunidades. “Pude observar o aprendizado obtido com as novas práticas, sobretudo no que diz respeito à melhora das condições de vida”.

A pesquisa visou beneficiar os formuladores de políticas públicas com a retomada do debate relacionado à noção de desenvolvimento, como sinônimo de crescimento econômico, considerando os questionamentos acerca da centralidade da economia, como princípio

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 102 / 2014

Brasília, 11 de junho de 2014.

organizador da vida social. "Este trabalho permitiu notar o desenvolvimento de capacidade nas comunidades pesquisadas, ainda que exista uma certa dependência em relação aos recursos do Estado", conclui Andrea.

CONT.

Orientado pelo professor Paulo Eduardo Moruzzi Marques, do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES), o trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

O projeto também envolveu a realização de um estágio doutoral na Universidade de Toulouse – Le Mirail, na França, sob orientação da professora Martine Guibert, do Laboratório Dynamiques Rurales. A experiência auxiliou na análise final dos estudos de caso.



Unidades móveis de atendimento à mulher levam ações às comunidades quilombolas
SÍTIO BLOG DO LUIS ARMANDO COSTA, 10.06.2014

Desta terça-feira, 10, até a quinta-feira, 12, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Defesa Social (SEDS), promoverá o primeiro atendimento das Unidades Móveis do Programa "Mulher, Viver sem Violência", adquiridas pelo Governo Federal, abrangendo orientação jurídica, agrícola e de saúde às mulheres quilombolas de várias comunidades do Estado. A previsão é que esta ação contemple diversos municípios do Tocantins, sobretudo, à população que vive no interior, longe dos centros urbanos e em locais de difícil acesso, visando a ampliação e a interiorização da rede de atendimento à mulher vítima de violência.

Cada ônibus possui, em sua composição básica, duas salas de atendimento, notebooks, roteador e pontos de internet; impressoras multifuncionais (digitalização de documentos e fotocópias), geradores de energia, ar condicionado, projetor externo para telão, toldo, 50 cadeiras, copa e banheiro adaptados para a acessibilidade de pessoas com deficiência, além de utensílios como cafeteira, microondas, entre outros.

Nesta terça, as ações acontecem das 9h às 11h na Comunidade Quilombola Curralinho, e de 14h às 17h, na Comunidade Manoel João. No dia 11, as visitas serão das 9h às 11h na Comunidade Malhadinha. E no dia 12, os serviços serão disponibilizados às mulheres da Comunidade Córrego Fundo, das 9h às 11h.

As ações acontecem em parceria com o Tribunal de Justiça, que possibilitará atendimento jurídico às mulheres quilombolas; com a Secretaria da Agricultura e Pecuária, que levará esclarecimentos sobre o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; e com a Secretaria de Saúde, que levará informações sobre anemia falciforme.

Para a diretora do Departamento de Direitos Humanos da SEDS, Rafaela Lima, o projeto está apenas começando e possibilitará atendimentos específicos, não só às mulheres nas comunidades indígenas e quilombolas, mas em toda a área rural do Tocantins. "Esta é a primeira de muitas ações que pretendemos levar às mulheres em todo o Estado. Escolhemos as comunidades quilombolas para iniciar o projeto e faremos estas primeiras visitas, levando alguns atendimentos básicos e verificando a demanda dessas mulheres, para que possamos voltar, num segundo momento, com outros atendimentos que serão apontados de acordo com a necessidade das comunidades". (da assessoria da Secretaria de Desenvolvimento Social)



Reunião da Fetraf discute demarcações indígenas

SÍTIO RÁDIO TAPEJARA, 11.06.2014

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL/CUT) participou de uma reunião nesta terça-feira, 10, com representantes da comunidade indígena, Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), e Edmilson Dias Pereira, assessor especial escalado pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para mediar as negociações sobre os conflitos agrários da área de Passo Grande da Forquilha que abrange os municípios de Sananduva e Cacique Doble no Rio Grande do Sul.

A área possui um total de 1916 hectares e a proposta feita por agricultores familiares é de que somente parte desta seja demarcada como área indígena e a diferença seja compensada por uma área de terra adquirida pelo Governo Federal

Para o ministério da Justiça e a comunidade indígena essa proposta deve ser considerada como provisória e não definitiva como sugeriu a Federação. Desta forma, o diálogo entre agricultores familiares, indígenas e governos Estadual e Federal continuará para encontrar uma solução ao problema.

O coordenador do sindicato de Sananduva, Sidimar Lavandoski, que acompanha as negociações e representa os agricultores familiares dos municípios em que a área está localizada, afirma que a agricultura familiar está aberta ao diálogo. "Os agricultores estão preocupados e tensos com a situação, pois podem perder suas terras e propriedades em que vivem há décadas a qualquer momento, porém, estão dispostos a dialogar e construir uma proposta conjunta para dar fim ao processo", salientou Lavandoski.

As negociações continuarão acontecendo no Rio Grande do Sul para definir propostas para as áreas em conflitos agrários entre indígenas e agricultores familiares.

Fonte: Fetraf



Justiça bloqueia bens de acusados de exploração sexual de crianças e adolescentes indígenas

SÍTIO PORTAL EM TEMPO, 11.06.2014

A Justiça Federal determinou que os acusados pelos crimes relacionados a exploração sexual de crianças e adolescentes indígenas em São Gabriel da Cachoeira (a 852 quilômetros de Manaus) tivessem os bens bloqueados.

A decisão foi concedida atendendo a recurso do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), em ação civil pública que pede a condenação dos acusados ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, no valor de R\$ 500 mil reais.

A ação civil pública relata a existência de um esquema de exploração sexual de adolescentes em São Gabriel da Cachoeira.

Com base nos depoimentos colhidos no município e dos relatos apresentados pelas meninas ouvidas, o MPF identificou o perfil das vítimas: adolescentes indígenas, de preferência ainda sem terem tido relações sexuais anteriores, pobres e em situação de vulnerabilidade social.

Reflexos negativos

Na ação, o órgão destaca que a exploração de indígenas pertencentes aos povos Tukano, Wanana, Dessano e Baré causou reflexos negativos sobre toda a população indígena de São Gabriel da Cachoeira, provocando violação dos direitos fundamentais que podem ser presumidos em razão da vulnerabilidade social a que as comunidades estão expostas.

Após a conclusão da investigação criminal, em setembro de 2013, o MPF denunciou dez pessoas à Justiça Federal pela prática de diversos crimes relacionados a exploração sexual infantil de crianças e adolescentes indígenas em São Gabriel da Cachoeira.

Segundo a denúncia do MPF, foram colhidas declarações de 16 pessoas, dentre crianças e adolescentes, quase todas confirmaram ter sido vítimas de abusos e exploração sexual praticada pelos denunciados, inclusive em várias ocasiões diferentes.

Da decisão do tribunal, cabe recurso.

Assessoria da PRAM



Livro de gramática na língua indígena Taurepang é lançado em Roraima

SÍTIO AMBIENTE BRASIL, 11.06.2014

Diante da necessidade de material didático nas escolas indígenas de Roraima, o professor da Comunidade Indígena São Marcos, em Pacaraima, Aurélio Alves Gonçalves, elaborou a primeira 'Minigramática Língua Indígena Taurepang'. A proposta segundo ele, é fortalecer a língua materna, bem como fazer o povo vivenciar as origens.

A obra, que possui 40 páginas, foi escrita de forma ordenada começando pelo novo acordo ortográfico da língua portuguesa. "Passei quatro anos na produção deste livro. O resultado foi o esperado. Agora nosso objetivo é atender o povo Taurepang que vive no município de Pacaraima e Amajari, no interior do estado, principalmente as escolas que sofrem com a falta de material de estudo", disse o autor.

De acordo com Gonçalves as comunidades que têm como língua materna o Taurepang são formadas por aproximadamente 900 indígenas. "Estamos preocupados com a possível extinção da língua Taurepang, para tanto, a minigramática vem valorizar o que muitos estão deixando por esquecida", ressaltou o professor.

Foram impressos 500 exemplares da obra, que serão distribuídos nas bibliotecas que trabalham no fortalecimento da língua indígena, como exemplo: Universidade Federal de Roraima, Universidade Estadual de Roraima e demais instituições e órgãos voltados a temática indígena.

"A produção e confecção do livro contaram com a ajuda do Governo Federal, portanto não pode ser comercializado, mas estará disponível com o professor e coordenador da obra Josias da Silva, na UERR", destacou Gonçalves.

Outros livros – Além do lançamento da Minigramática Língua Indígena Taurepang, outros livros foram apresentados por meio do Projeto Novos Talentos como o "Da Ciência à Cidadania" – II Anais do Projeto Novos Talentos e uma coletânea com 15 livrinhos, que retratam a história de cada município de Roraima.

Conforme o professor e coordenador Josias da Silva, a obra foi elaborada com base em artigos, resumos e banner produzidos por acadêmicos e professores que participaram da iniciativa. "Desde 2010 trabalhamos essas produções com o apoio do Governo Federal", explicou Silva.



Justiça prorroga prisão de índios suspeitos de morte de agricultores

SÍTIO AGORA JÁ, 11.06.2014

Decisão atende pedido da Polícia Federal e tem validade até o dia 9 de julho. Irmãos foram mortos no dia 28 de abril, no Norte do Estado

A 1ª Vara Federal de Erechim concedeu a prorrogação por 30 dias da prisão temporária de índios suspeitos de matarem dois agricultores em Faxinalzinho, no Norte do Estado. Cinco indígenas foram detidos no dia 9 de maio e outros três permanecem foragidos. A decisão foi assinada no dia 6 e atende a um pedido da Polícia Federal.

Entre os capturados pela polícia está o cacique da reserva de Votouro, Deoclides de Paula. O titular da Delegacia de Polícia Federal de Passo Fundo, Mário Luiz Vieira, afirmou à Rádio Gaúcha que manter os indígenas detidos é fundamental para a resolução do caso:

— Nós estamos com muita dificuldade para prender os três restantes e identificar os demais. Porque as reservas e, no caso, a reserva indígena Votouro são hostis para a Polícia Federal — comentou.

A prorrogação da prisão temporária dos cinco índios, detidos desde o dia 9 de maio na Penitenciária Estadual do Jacuí, em Charqueadas, tem validade até 9 de julho. A Polícia Federal pretende solicitar à Justiça, ainda nesta semana, a prisão preventiva de oito suspeitos de envolvimento no crime.

No dia 28 de abril, os agricultores e irmãos Alcemar Batista de Souza, 41 anos, e Anderson de Souza, 26 anos, foram mortos a tiros e a pauladas ao tentar furar o bloqueio feito por indígenas em estrada de Faxinalzinho.



Grupos indígenas pretendem aproveitar a visibilidade que a Copa do Mundo dará ao Brasil para protestar em diferentes pontos do país

SÍTIO BARRA 1, 11.06.2014

Há ações previstas em ao menos três Estados que receberão jogos do torneio – São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul –, além de manifestações em outras regiões. Nas mobilizações, em que cobrarão do governo federal a retomada dos processos de demarcação de terra paralisados e pressionarão por outras bandeiras (saiba mais abaixo), os índios poderão se associar a outros movimentos para ampliar a projeção nacional dos atos.

As manifestações tiveram uma prévia no fim de maio, quando cerca de 500 índios se uniram a centenas de trabalhadores sem teto em Brasília. Houve confronto entre manifestantes e a polícia, e um policial teve a perna flechada.

Nesta semana, um pequeno grupo de indígenas participou de outro protesto em Brasília. Dezesesseis membros do povo xakriabá, de Minas, se uniram a 200 integrantes de outras comunidades tradicionais em defesa da preservação das áreas remanescentes de cerrado.

Durante a Copa, porém, os principais protestos de indígenas deverão se concentrar no Sul e Sudeste do país.

'Congelar a região Sul'

Um dos líderes do povo kaingang, da região Sul, o cacique Roberto dos Santos diz que uma reunião nesta semana definirá como se darão os protestos na região.

"Não vamos deixar a Copa acontecer baratinho, em vista do sofrimento das sociedades indígenas", exaltou

Segundo o cacique, os índios poderão protestar nas cidades da região que receberão jogos (Porto Alegre e Curitiba) ou em estradas.

"Temos a proposta de congelar a região Sul, bloqueando todos os seus acessos por via terrestre."

Os kaingang – que hoje vivem em pequenas parcelas de seus territórios originais – reivindicam a ampliação de suas terras. Diante do acirramento de conflitos entre índios e agricultores, porém, o governo federal suspendeu em maio de 2013 todos os processos de demarcação no país.

Segundo um documento da Funai (Fundação Nacional do Índio), há 118 processos de demarcação de Terras Indígenas em curso. O órgão diz que 39 dessas terras estão em fase final de regularização.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 102 / 2014

Brasília, 11 de junho de 2014.

O processo de demarcação prevê que, para ser concluído, ele deve receber uma aprovação final da Presidência da Funai e, em seguida, ser encaminhado para assinaturas do ministro da Justiça e da presidente da República.

Dez processos aguardam a aprovação final da presidente da Funai; outros 12, a assinatura do ministro da Justiça; e mais 17 dependem apenas de assinatura da presidente Dilma Rousseff.

A conclusão do processo de demarcação é fundamental, entre outros aspectos, para que ocupantes não índios sejam retirados dessas áreas.

O ministro da Justiça José Eduardo Cardozo diz que os processos foram suspensos para evitar o agravamento de conflitos. Ele propõe que os casos sejam destravados em mesas de diálogo que incluam indígenas, agricultores afetados pelas demarcações e autoridades.

Desde a paralisação nos processos, porém, nenhum caso foi solucionado nas mesas de diálogo.

Funcionários da Funai dizem reservadamente que, no atual ritmo de negociações, serão necessários muitos anos para que todos os casos pendentes sejam levados a discussão.

BBC



Tour gratuito vai levar turistas a locais culturais em Cuiabá durante a Copa
SÍTIO ACHIXCLIP, 11.06.2014

Ônibus com 42 lugares irá buscar torcedores na Arena Pantanal e Fan Park. Oficinas com ribeirinhos e indígenas serão ministradas aos turistas.

Durante o período da Copa do Mundo, torcedores poderão visitar gratuitamente pontos turísticos de Cuiabá em um ônibus com 42 lugares que passará pela Arena Pantanal, Fifa Fan Fest e levará os turistas até exposições e oficinas de vivência ministradas por grupos ribeirinhos, indígenas e artistas circenses. A intenção do projeto 'Circuito Cultural Pontos do Mato' é aproximar o turista da cultura mato-grossense. O tour, realizado pelo Pontão Ação Cultural em Rede, deve contar com o auxílio de um guia para intermediar o contato com os turistas estrangeiros.

"É importante o visitante perceber a manifestação cultural que há aqui, para que ele não volte com a imagem reforçada só do samba e do futebol. Apesar de não sermos um grande centro, eles vão poder perceber a quantidade de coisas que são produzidas aqui e com qualidade", destaca Murilo Alves, presidente do Instituto Ciranda, uma das instituições que participam do projeto.

De acordo com o coordenador do tour, Eduardo Espíndola, o passeio será dividido em dois circuitos. Nos dias pares, de 10 a 28 de junho, os visitantes participarão de atividades no Museu de Arte Sacra e no Museu do Morro da Caixa D'água Velha. Já nos dias ímpares, de 11 a 29 de junho, a visita será no Museu da Pré-História Casa Dom Aquino e o Ponto de Cultura Escola Leite de Pedras. Durante todos esses dias, o ônibus deverá sair da Arena Pantanal e da Fan Park, às 14h para iniciar o passeio.

Após as visitas, os turistas serão levados até o Sesi Papa, local onde devem ser realizados shows musicais durante o mundial. "É importante ressaltar que não é um passeio turístico pela cidade, daqueles que o guia fala sobre os locais por onde vão passando. O guia só irá auxiliar dentro do que estiver na programação", salientou Espíndola.

O coordenador também fala que não é necessário se inscrever para participar do passeio. A ocupação do ônibus deve ser feita por ordem de chegada. "Em dois dias é possível fazer o tour completo", comentou Spíndola. Aos sábados, a visita se estende ao Instituto dos Cegos. E durante toda a programação, as visitas devem contar com o monitoramento de integrantes do Instituto Mão Amiga.

Em cada um dos quatro pontos haverá uma oficina de vivência relacionada ao que estiver exposto no local. Estão previstas oficinas de siriri, com ribeirinhos; instrumentos de orquestra, com o Instituto Ciranda; pintura corporal, dança, canto e outros, com indígenas; e malabares, acrobacia, balé aéreo, trapézio e outros, com artistas circenses.



Deputados discutem sobre PEC da demarcação de terras indígenas

SÍTIO VISÃO NACIONAL, 11.06.2014

A comissão especial que analisa a proposta (PEC 215/00) que transfere para os parlamentares o poder de decidir sobre a demarcação de áreas indígenas, de quilombolas e reservas ambientais realiza nova audiência pública em Brasília nesta quarta-feira (11), às 14 horas, no plenário 14.

Foram convidados para discutir o assunto:

- o ministro Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto;
- o ministro da Agricultura, Neri Geller;
- o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo;
- o ministro da Advocacia Geral da União (AGU), Luís Inácio Adams;
- a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Boulitreau Assirati;
- o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra;
- o defensor público-geral da União, Haman Tabosa de Moraes e Córdova;
- o desembargador Federal do Tribunal Regional Federal 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul) Luiz de Lima Stefanini;
- o comandante do Exército, Enzo Martins Peri;
- Eugênio Jose Guilherme de Aragão, representante do Ministério Público Federal;
- Rudy Maia Ferraz, advogado especialista em direito agrário e consultor jurídico da Frente Parlamentar Agropecuária;
- Ives Grandra, especialista em direito tributário;
- Dalmo de Abreu Dallari, jurista e ex-professor da Universidade de São Paulo (USP); e
- Carlos Frederico Marés de Souza Filho, jurista e professor da Pontífice Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

Os índios são contra proposta que submete ao Congresso as decisões sobre demarcação de terras indígenas.

Polêmica

Representantes do agronegócio, ambientalistas e indígenas discordam sobre a PEC que transfere do Executivo para o Congresso Nacional a decisão sobre demarcações.

No mês passado, um grupo de cerca de 400 índios subiu no teto do Congresso Nacional, onde se situam as duas cúpulas do prédio, para protestar contra a PEC. O governo federal também é contra a mudança.

Um grupo de parlamentares pediu ao Supremo Tribunal Federal, no ano passado, a suspensão da tramitação da proposta com o argumento de que ela seria inconstitucional, mas o pedido foi negado pelo ministro Luiz Roberto Barroso, que considerou precipitado interferir no funcionamento de uma comissão do Congresso.

Câmara dos Deputados



Enquanto Blumenau está livre de enchentes, o povo Xokleng Laklãnõ paga o preço e pede socorro

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.06.2014

A chuva dos últimos dias aumentou o drama de centenas de famílias Xokleng no Alto Vale do Itajaí, tudo por contada barragem de contenção de cheia construída pelos governos militares sem estudos de impactos e sem autorização do povo indígena há 38 anos com objetivo de controlar as enchentes nos municípios a jusante.

Quatro aldeias estão totalmente isoladas. As estradas estão intransitáveis. As escolas estão fechadas e as equipes de saúde não conseguem chegar até as famílias. Já começa faltar alimentos e remédios. A previsão é que as águas demorem pelo menos duas semanas para baixar, se não chover mais, e somente depois disso é que poderão ser iniciadas as recuperações de estradas.

Esse é o volume mais alto atingido pelas águas, faltando apenas 70cm para transbordar. O nível da água subiu assustadoramente invadindo e inundando muitas casas e várias famílias indígenas tiveram que sair às pressas por causa das inundações, outras famílias deixaram suas casas por medo de deslizamento de terra, já que algumas aldeias foram condenadas pela defesa civil. As comportas da barragem foram parcialmente abertas, mas isso não minimiza o sofrimento do povo indígena.

Segunda as lideranças da comunidade a Defesa Civil autorizou construir casas em locais abaixo da cota máxima da água. Como essa enchente foi maior as casas ficaram sumersas.

Barco na inundação

Se para as cidades de Ibirama, Indaial e Blumenau a obra é fundamental para não sofrerem prejuízos, para os indígenas é um caos. Nunca foram feitos estudos de impacto. As poucas obras previstas, que atenuariam os prejuízos, nunca foram realizadas. A única ponte construída, que liga a aldeia Toldo fica submersa a cada chuva.

Cansados de tanto sofrimento, os indígenas que já estava há mais de um mês fazendo protestos e cobrando do governo do estado as reformas da escola indígena, ginásio de esportes e casa da cultura além da melhoria das estradas, decidiram ocupar a Barragem Norte nesta manhã como forma de denunciar. Os indígenas querem uma reunião com o governo do estado, para discutir sobre a barragem e os prejuízos que veem sofrendo a cada chuva mais intensa.

Querem que o Ministro da Justiça interceda junto aos órgãos federais para que sejam feitos estudos dos impactos da construção e os cumulativos, já que uma aldeia está condenada pelos desmoronamentos provocados pela erosão na inconstância do volume d'água. Vão pedir também aos ministros do Superior Tribunal de Justiça que julgue o mais breve possível a ação que tramita contra a União Federal pelos prejuízos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 102 / 2014

Brasília, 11 de junho de 2014.

Neste momento as famílias estão precisando da ajuda como doações de roupas, cobertores, colchões, alimentos e água potável.

Contatos:

Aristides: 47 84519073 (diretor da escola)

Funai: 47 3352 7352

Marina: 48 9161 9245 (Cimi)

Florianópolis, 10 de junho de 2014.



DPU acompanha Incra em visita a quilombos do Rio de Janeiro

SÍTIO DPU, 11.06.2014

Rio de Janeiro, 11/06/2014 – No dia 04 de junho o defensor público federal José Roberto Tambasco, representante do Grupo de Trabalho para assuntos das comunidades tradicionais quilombolas na região sudeste, acompanhou o superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Rio de Janeiro em uma visita ao quilombo de São José na cidade de Valença (RJ).

A finalidade do evento foi a mobilização das comunidades quilombolas de Valença, Quatis e Pinheiral, todas da região sul fluminense do estado, representadas por suas lideranças, para que tomassem conhecimento do estágio do andamento de seus processos judiciais e administrativos relativos aos seus territórios.

O quilombo de São José em Valença conseguiu judicialmente a posse provisória de parte de seu território através de uma tutela antecipada, estando apto a pleitear a implantação de políticas públicas referentes ao financiamento da construção e reforma de suas habitações (quase todas de taipa e sapê) assim como também financiamento para o plantio de sua produção agrícola, com eventual compra da mesma pelo poder público para inserção no fornecimento da merenda escolar.

O quilombo de Pinheiral encontra-se em fase de auto reconhecimento, sendo necessário o esclarecimento dos habitantes do território quanto às condições especiais referentes às condições legais de quilombo para que possam optar pela condição quilombola.

Quanto ao quilombo de Santana em Quatis, em breve o Tribunal Federal do Rio de Janeiro julgará através de seu pleno, incidentalmente, a constitucionalidade do decreto que rege a formação dos territórios quilombolas, situação a qual para o defensor Tambasco “influirá imensamente nas demais decisões subsequentes em nossa região, portanto este processo requer todo o empenho das entidades jurídicas que defendem os direitos quilombolas, especialmente a Defensoria Pública da União que é a instituição que dá apoio jurídico a estas comunidades carentes”.

Assessoria de Comunicação Social
Defensoria Pública da União



Presidente do Paraguai assina lei que expropria terra em favor de indígenas

SÍTIO BOL, 11.06.2014

Assunção, 11 jun (EFE).- O presidente do Paraguai, Horacio Cartes, assinou nesta quarta-feira um projeto de lei que expropria 14.404 hectares de terras em favor da comunidade indígena Sawhoyamaxa, que foi expulsa do local há mais de 20 anos por um empresário alemão.

O projeto de lei, aprovado no mês passado no Congresso, cumpre com uma sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH) contra o Paraguai em um processo aberto em 2006.

O texto do projeto, apresentado no último dia de seu mandato pelo ex-presidente Federico Franco, prevê a maior desapropriação em favor de uma comunidade indígena da história democrática do país, segundo a ONG Tierraviva, que apoiou a comunidade Sawhoyamaxa durante o processo.



União eleva valor, mas polêmica sobre área indígena pode travar acordo

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 11.06.2014

A reunião marcada para a tarde desta quarta-feira (11), no Ministério da Justiça, que irá discutir a indenização das propriedades rurais da Reserva Indígena Buriti, situada em Sidrolândia, a 71 quilômetros da Capital, pode terminar sem um acordo, apesar da União elevar o valor a ser pago pelos 15 mil hectares. Tudo porque o documento que traz os detalhes do termo de acordo judicial enviado na noite de ontem (10) para representantes dos fazendeiros traz uma cláusula que não deve ser aceita pelos ruralistas.

O documento enviado pelo Ministério da Justiça é motivo de uma reunião realizada na manhã desta quarta-feira (11) na CNA (Confederação Nacional da Agricultura) entre advogados dos produtores rurais de 15 mil hectares.

Um dos participantes da discussão disse ao Campo Grande News que o maior impedimento para que o acordo seja firmado é a terceira cláusula do documento. No trecho, os produtores renunciam a titularidade da área e reconhecem a Terra Buriti como território indígena. O texto diz ainda que as 15 mil hectares serão registradas em nome da União e repassada para os índios.

O temor dos ruralistas é que em decisões futuras, a decisão que prevê a indenização da área seja suspensa e os fazendeiros percam definitivamente as terras.

O valor da indenização da área, motivo de entrave em encontros anteriores, deve ser levado a um consenso. Os R\$ 124 milhões pedidos pelos produtores ruais com base em um laudo paralelo ao do Governo, que avaliou a terra em R\$ 78 milhões, deve ser aceito pelo Governo Federal.

A reunião entre fazendeiros, advogados, líderes indígenas, Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), Funai (Fundação Nacional do Índio), Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária do MS), deputados estaduais, secretarias e órgãos como o MPF (Ministério Público Federal) e Sejusp (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública) será realizada às 15 horas no Ministério da Justiça em Brasília.



Sebastião nomeia Francisco Pianko, denunciado por abusar sexualmente de crianças indígenas

SÍTIO AC 24 HORAS, 11.06.2014

A denúncia de que crianças e adolescentes indígenas teriam sido abusadas sexualmente nas aldeias pelo ex-secretário dos Povos Indígenas do governo do Acre, Francisco Pianko, em 2009, e que recentemente estava sendo analisada pela Procuradoria Especial da Mulher da Câmara dos Deputados, parece não ter intimidado o governador do Acre, Sebastião Viana. Na edição desta quarta-feira, 11, do Diário Oficial do Estado, o nome de Pianko aparece nomeado para exercer cargo em comissão na Secretaria de Planejamento para receber salários de R\$ 6.720,00.

Uma CPI chegou a ser aberta na Assembleia Legislativa do Acre para apurar as denúncias contra Pianko, mas os trabalhos não foram concluídos.

Na época, segundo a ativista dos Direitos Humanos Joana Darc, os delegados da Polícia Federal que investigavam a denúncia de abuso sexual contra as meninas indígenas foram transferidos.

Recentemente, Pianko estava residindo em Brasília, encostado em um cargo na Fundação Nacional do Índio (Funai).



Extensionistas participam de capacitação para atuar com indígenas em Tenente Portela

SÍTIO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL, 11.06.2014

Extensionistas técnicos e sociais da Emater/RS-Ascar que executam a Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural para acompanhamento de famílias indígenas em situação de extrema pobreza participam esta semana de capacitação em Tenente Portela. Segundo a antropóloga da Emater/RS-Ascar, Mariana de Andrade Soares, o trabalho dos extensionistas tem em vista dois objetivos principais: orientar as famílias indígenas na produção de alimentos e de renda. "Quem tem fome, tem pressa", disse Mariana, em alusão ao sociólogo Herbert de Sousa.

A Chamada Pública de ATER indígena é inédita no Brasil e atende quatro Terras Indígenas localizadas em Tenente Portela, Erval Seco, Cacique Doble, Redentora e Charrua. A chamada foi contratada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para ser executada até 2015. O trabalho nas terras indígenas, segundo a coordenadora da chamada na região administrativa da Emater/RS-Ascar de Ijuí, Márcia Barboza Breitenbach, está sendo feito em etapas: mobilização e identificação das famílias indígenas, diagnósticos rápidos participativos (DRP), diagnósticos individuais e, atualmente, a finalização dos projetos produtivos que serão executados nos próximos meses.

O técnico agrícola da Emater/RS-Ascar e coordenador da chamada pública na Unidade Indígena de Tenente Portela, Valdir Machado Soares, revelou a preferência das famílias indígenas por projetos de criação de pequenos animais, construção de hortas, pomares e artesanato. O diagnóstico realizado com as famílias, no entanto, também acabou por revelar outras necessidades. "Surgiram atividades não agrícolas, como panificação, corte e costura e serviço de cabeleireiro", exemplificou o técnico da Emater/RS-Ascar. "É um bom sinal, mostra a pluralidade de atividades e a confiança das famílias em expressar suas vontades aos extensionistas", disse Soares.

A capacitação de dois dias encerra-se nesta quarta-feira (11), na Associação Atlética Banco do Brasil (AABB). Acompanham os trabalhos o gerente adjunto da Emater/RS-Ascar da região administrativa de Ijuí, Antônio Altíssimo, e o supervisor microrregional da instituição, João Schommer.

Texto: Cleuza Noal Brutti

Edição: Redação Secom (51) 3210.4305

Previdência atende indígenas da etnia Sateré Mawé

SÍTIO BLOG DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 11.06.2014



A Gerência-Executiva do Instituto nacional do Seguro Social (INSS) em Manaus participou da Ação de Cidadania no Município de Barreirinha (AM), a 330 km de Manaus, promovida pelo governo do Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania (SEAS).

A ação que foi realizada em parceria com a Prefeitura Municipal de Barreirinha, levou às comunidades ribeirinhas da região do Andirá serviços de cidadania, envolvendo expedição de documentos e assistência e Previdência Social. A equipe de técnicos do INSS esteve em 3 comunidades indígenas da etnia Sateré-Mawé : Ponta Alegre, Molongotuba e Imituba, localizadas no Rio Andirá. Além de palestras de orientação, realizada com a ajuda de intérpretes, foram efetuados, em média, quarenta atendimentos em cada comunidade. O benefício mais procurado foi o Salário Maternidade, com a formalização de 35 requerimentos.

Resgate Cultural – A Previdência Social chegou pela primeira vez a aldeia Ponta Alegre, no final de 2001 a bordo do PREVBarco, ocasião em que realizou 238 atendimentos. Os benefícios pagos pela Previdência aos índios Sateré-Mawé, desde lá, têm contribuído para o resgate da cultura indígena na região, isto porque os idosos que recebem os benefícios da aposentadoria colaboram na organização de festas anuais que resgatam danças e artesanato sateré, eventos que contam com a participação de várias tribos indígenas dos municípios de Parintins, Maués e Barreirinha.

Segundo afirmam as lideranças indígenas, os saterés valorizam muito a preservação de sua

CONT.



cultura por isso, realizam ações neste sentido envolvendo, especialmente, as crianças da aldeia. Ainda segundo os indígenas, os benefícios previdenciários pagos aos índios Sateré-Mawé têm ajudado muito nesse esforço de preservação dessa cultura. Em muitos casos, os benefícios previdenciários transformam-se se não na única fonte de renda, mas pelo menos, na mais regular e periódica, garantindo uma segurança aos índios que se estende a outros membros do grupo familiar e à comunidade indígena. Maria do Carmo Castro (SCS/AM).

Legenda : O salário maternidade foi o benefício com maior número de requerimentos

Foto: Comsoc/Am